

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Pós – graduação em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento.

Leandra Beatriz Rezende

Projeto Cata-Vento: por uma infância sem trabalho infantil

Belo Horizonte

2020

Leandra Beatriz Rezende

Projeto Cata-Vento: por uma infância sem trabalho infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Projetos sociais: formulação e monitoramento pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^ª. Adriana Souza Medeiros Batista

Coorientador: Prof^ª. Luciana Cristina Nogueira Honório Rodrigues

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

| | |
|-------|--|
| 301 | Rezende, Leandra Beatriz de. |
| R467p | Projeto Cata-Vento: por uma infância sem trabalho infantil [recurso eletrônico] / Leandra Beatriz de Rezende. - 2020. |
| 2020 | 1 recurso online (34 f.): pdf. Orientadora: Adriana Souza Medeiros Batista. Coorientadora: Luciana Cristina Nogueira Honório Rodrigues. |
| | Monografia apresentada ao curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. |
| | Inclui bibliografia |
| | 1. Menores - Emprego. 2. Projeto Cata-vento. 3. Crianças e Adolescentes. 4. Planejamento social. I. Batista, Adriana Souza Medeiros. II. Rodrigues, Luciana Cristina Nogueira Honório. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título. |

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

ESPECIALIZAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS: FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE 2017772504 - LEANDRA BEATRIZ DE REZENDE

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu-se a banca examinadora de defesa de monografia do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento, composta por Orientador: Adriana de Souza Medeiros Batista e Luciana Cristina Nogueira Honório Rodrigues para examinar a monografia intitulada "*Projeto Cata-vento: por uma Infância Sem Trabalho Infantil*" de 2017772504 - LEANDRA BEATRIZ DE REZENDE. Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela aprovação da monografia. Para constar, foi lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Coordenadora.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2020

Profa. Danielle Cireno Fernandes
Coordenadora do Curso de Especialização em
Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento

Leandra Beatriz Rezende

Projeto Cata-Vento: por uma infância sem trabalho infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Projetos sociais: formulação e monitoramento pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^ª. Mestre Adriana Souza Medeiros Batista

Aprovada em 20 de Fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Adriana Souza Medeiros Batista
Julgamento:

Prof. Dra. Luciana Cristina Nogueira Honório Rodrigues
Julgamento: _____

RESUMO

O presente trabalho traz o resultado da escrita de um projeto social para 260 crianças e adolescentes. O objetivo deste projeto é promover ações educativas e de socialização que colaborem com o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social na regional Industrial – Contagem, Minas Gerais. Para chegarmos até este propósito levamos em consideração o cenário de criminalidade do território, sobretudo o envolvimento do público em questão com o tráfico de drogas. Considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Convenção 182, como uma das piores formas de trabalho infantil o envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho ilícito, o tráfico de drogas requer novas formas de enfrentamento, sobretudo educativas e de fortalecimento de vínculos familiares. Como metodologia de escrita foi levada em consideração a pesquisa bibliográfica e a elaboração de uma Matriz Lógica, tendo como princípio a escuta do público a ser beneficiado; a elaboração da árvore de problemas e a árvore de objetivos, meio e fins. Como resultado apresentamos o Projeto “Cata Vento” aprovado em 2019 no Fundo Municipal da Infância de Contagem, com execução prevista para fevereiro de 2020.

Palavras Chaves: Trabalho infantil; Projeto Social ; Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

The present work brings the result of the writing of a social project for 260 children and adolescents. The objective of this project is to promote educational and socialization actions that collaborate with the human development of children and adolescents in social vulnerability in the Industrial region - Contagem, Minas Gerais. In order to reach this purpose, we take into account the territory's crime scenario, especially the involvement of the public in question with drug trafficking. Considered by the International Labor Organization (ILO), Convention 182, as one of the worst forms of child labor, the involvement of children and adolescents in illegal work, drug trafficking requires new ways of coping, especially educational and strengthening family ties. As a writing methodology, bibliographic research and the elaboration of a Logical Matrix were taken into account, with the principle of listening to the audience to be benefited; the elaboration of the problem tree and the tree of objectives, means and ends. As a result, we presented the “Cata Vento” Project approved in 2019 at the Municipal Childhood Fund of Contagem, scheduled for execution in February 2020.

Keywords: Child labor; Social Project; Children and Adolescents

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 (a) – Árvore de problemas dos bairros da Regional Industrial de Contagem, MG e **(b)** árvore de objetivos, meios e fins para direcionamento do projeto “Cata-Vento”.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Brasil - Taxas de Trabalho Infantil e de Frequência escolar por estados (%). | 19 |
| Tabela 2. Metas do Projeto “Cata-Vento” e sua articulação com os objetivos específicos. | 27 |
| Tabela 3. Articulação entre os objetivos específicos, ações e resultados esperados. | 27 |
| Tabela 4. Equipe Técnica necessária à execução do projeto “Cata-Vento”. | 28 |
| Tabela 5. Planilha Financeira para execução do Projeto “Cata-Vento”. | 29 |
| Tabela 6. Cronograma de execução do Projeto “Cata-Vento” | 30 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PBF – Programa Bolsa Família.

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho infantil.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1.INTRODUÇÃO | 12 |
| 2.JUSTIFICATIVA | 14 |
| 3.OBJETIVOS | 15 |
| 3.1 Objetivo Geral | 15 |
| 3.2 Objetivos Específicos | 15 |
| 4.METODOLOGIA | 16 |
| 5.BASE TEÓRICA | 17 |
| 6.RESULTADOS E DISCUSSÕES | 20 |
| 6.1 Projeto “Cata-Vento”: <i>por uma infância sem trabalho infantil.</i> | 20 |
| 6.2 Matriz Lógica | 22 |
| 6.2.1 Público Alvo | 22 |
| 6.2.2 Metodologia de Execução | 23 |
| 6.3 Plano de ação | 27 |
| 6.4 Acompanhamento e Avaliação | 31 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 32 |
| REFERÊNCIAS | 33 |

1.INTRODUÇÃO

O objeto de intervenção escolhido foi o trabalho infantil em seus diversos aspectos, inclusive ocupação ilícita. O Art.227 da Constituição determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Por outro lado, a violação destes direitos humanos, que ponham em risco à dignidade humana, e a negação de princípios fundamentais de ordem constitucional, que exponham à criança e ao adolescente a exploração, abuso, negligência ou violência, são puníveis legalmente. O ordenamento jurídico que protege estes direitos está, sobretudo, balizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069 de 1990.

No que diz respeito ao trabalho infantil conceitua-se como a execução, por crianças e adolescentes abaixo de 16 anos, de atividades de labor que visem o sustento familiar, incluindo também quaisquer serviços que não tenham remuneração. O trabalho infantil pode ser classificado em diversas configurações: área, rural ou urbana; tempo, forma, autônomo, eventual, forçado; local, natureza da atividade, trabalho doméstico, trabalho ilícito (MEDEIROS NETO, MARQUES, 2013).

Apesar de ser um dever do Estado assegurar à criança o direito à vida (...), à dignidade, à liberdade, estes direitos, em muitos casos, veem sendo negligenciados. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2015), mais de 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estão em situação de trabalho infantil no Brasil, no mundo estes dados representam 152 milhões de crianças atuando no trabalho precoce. Neste sentido, a intervenção proposta por este trabalho apresenta parte da experiência profissional da autora na área social, como parte real de uma história que luta diariamente contra o trabalho infantil, pedagoga social, atuante há cinco anos em áreas de aglomerados subnormais de Contagem e Belo Horizonte. No projeto em que está inserida atualmente é ofertado oficinas de música, artes plásticas, teatro, apoio escolar de Português e Matemática, biblioteca, formação de competências para a vida e para o trabalho. Sua prática profissional é uma luta diária contra o trabalho infantil, principalmente, contra uma das suas piores formas: o tráfico de drogas.

Considerado pela Organização Internacional do Trabalho ¹- OIT, Convenção 182, como uma das piores formas de trabalho infantil o envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho ilícito, o tráfico de drogas pode ser considerado um dos maiores desafios quanto ao seu enfrentamento. O aumento de crianças envolvidas no tráfico se dá, sobretudo, pelas vantagens legais do custo reduzido das crianças dentro da cadeia do tráfico, bem como ao caráter legal que protege a criança e o adolescente de serem julgadas no Brasil como um adulto. Assim mesmo, o ECA considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida por crianças e adolescente (1990, artigo 103). Já o artigo 112, por sua vez, cita a aplicação de medidas mais incisivas, em especial a internação, que as autoridades competentes podem aplicar em caso de um ato infracional.

Para se combater esse tipo de trabalho infantil é necessário desarticular toda uma cadeia complexa que envolve o tráfico de drogas. Veronese (2001) considera que o envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade se constrói a partir da negação de direitos como escola, saúde, família, profissionalização. Fatores estes que estão relacionados a políticas públicas que precisam ser implementadas e executadas, de fato, para fortalecer o enfrentamento quanto à exploração do trabalho infantil, sendo que muitas destas são executadas com ajuda do terceiro setor (VERONESE, 2011).

Segundo Salomon e Anheir (1997) são caracterizadas por organizações do terceiro setor instituições privadas, isto é, institucionalmente separada do governo, que não fazem distribuição de lucros, que sejam auto governável e que tenham em sua constituição algum grau de participação voluntária no conselho diretor. Reconhecido formalmente a partir de 1995, quando se admitiu que o Estado sozinho não consegue atender com eficiência as demandas sociais que lhe cabem (SALOMON, ANHEIR, 1997).

Assim sendo, o presente trabalho apresenta um projeto de intervenção elaborado como projeto social para ser aplicado por organização do terceiro setor e que visa minimizar o seguinte problema: a dificuldade de crianças e adolescentes expostos a situações de maior risco social na Regional Industrial – Contagem – MG, suscetíveis ao trabalho infantil, em acessarem uma atividade educativa complementar.

¹ Organização Internacional do Trabalho. Convenção 182. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm. Acesso 10 Jan 2020.

2.JUSTIFICATIVA

O presente trabalho de conclusão de curso de especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento, teve como objetivo a elaboração de um projeto social para minimizar a entrada e permanência de crianças e adolescentes no trabalho infantil na regional Industrial, em Contagem, Minas Gerais. Para isso, propõe ações que objetivam a convivência e o fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes de 07 a 17 anos entre si, com a família e com seu território.

Diante da vulnerabilidade social no qual estão expostas as crianças e adolescentes do território regional Industrial e Riacho, o projeto “Cata-Vento” vem fazer valer a garantia de direitos básicos de toda criança e adolescente: a dignidade, a educação, o lazer; através de oficinas esportivas, educação e apoio às famílias atendidas, como prevê o artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A escolha do nome do projeto em questão faz analogia ao símbolo “Cata-Vento” de cinco pontas coloridas (azul, vermelha, verde, amarela e laranja), utilizado para marcar a luta pela erradicação do trabalho infantil. O símbolo foi adotado pelo Fórum Nacional e pelos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, criando uma identidade comum à mobilização em todo Brasil e a nível mundial. O cata-vento significa movimento, sinergia, atividade na luta contra o trabalho infantil com uma atitude positiva de ação, de proposta, de solução.

Neste sentido, a proposta foi elaborar um projeto a ser executado por uma associação pré-existente que atua no território de interesse, tendo infraestrutura capaz de possibilitar às crianças e adolescentes a formação educacional pautada na formação esportiva e humana. Procura ampliar a autonomia intelectual, a compreensão das normas e os interesses pela vida social nos educandos de forma a possibilitá-los a lidar com sistemas mais amplos e complexos que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias, estimulando, principalmente, a construção de um conhecimento balizado nos direitos humanos, nos princípios democráticos e no exercício da cidadania.

O decreto 3597² de 2000 afirma quais são as piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação. O artigo 3 da Convenção 182 da OIT cita que dentre “as piores formas de trabalho infantil” está a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais como definidos nos tratados internacionais pertinentes. A linha do mesmo artigo também afirma: trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. Com base nesse cenário e, levando em consideração que este é o principal problema do território alvo, o presente trabalho se justifica na elaboração de uma árvore de problemas e, através dela, na elaboração do projeto que possa minimiza-los (BRASIL, 2008).

3.OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Elaborar um projeto de intervenção, nomeado Projeto “Cata - Vento”, caracterizado por ações educativas e de socialização, para colaborar com o desenvolvimento humano dos atendidos em vulnerabilidade social na regional Industrial – Contagem, evitando assim, o envolvimento dos mesmos com trabalho infantil, em especial com a ocupação ilícita.

3.2 Objetivos Específicos

- Construir uma árvore de problemas e outra de objetivos, meio e fins, para fundamentar o projeto de intervenção, com base em entrevistas na região alvo e reunião com a comunidade assistida.
- Estabelecer uma Matriz Lógica de produtos/resultados e as atividades relacionadas à concretização dos mesmos no âmbito do projeto de intervenção.
- Elaborar um projeto de intervenção com base na árvore de problemas, árvore de objetivos, meio e fins com uma Matriz Lógica, voltado ao desenvolvimento da socialização de 260 crianças e adolescentes, como forma de prevenir o envolvimento dos mesmos com trabalho infantil, sobretudo o tráfico de drogas.

² Decreto No . 3597 de 12 de Setembro de 2000. Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999.

4.METODOLOGIA

A escrita desse projeto teve como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e a pesquisa ação, esta última buscou estabelecer uma relação com problema do trabalho infantil e propor soluções que possam minimizá-lo. Quanto ao objetivo de estudo ele é exploratório, no sentido em que pretende uma intervenção embasada no contato direto com os assistidos. Para construção da análise do objeto de intervenção, o trabalho infantil, este estudo teve por referência teórica os autores Ramalho e Mesquita, em publicação de 2013 que descreve uma análise por dados em painel sobre os determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano.

Além do embasamento teórico também foi usado para construção desse Projeto Social a metodologia de escrita Matriz Lógica. A referência para sua construção levou em consideração as orientações propostas por Campos e colaboradores, 2002. Segundo os autores a “dimensão lógica” em um projeto social representa o encadeamento lógico causal entre os elementos do projeto. Esta conexão lógica busca evidenciar as coerências entre o objetivo geral e os objetivos específicos, entre estes e os produtos/resultados e as atividades relacionadas à concretização dos mesmos. Os autores salientam que são necessários outros procedimentos antes da Matriz Lógica, dentre eles a análise do problema, análise das soluções e sua viabilidade, que também foram levados em consideração com a formulação de uma árvore de problemas e uma árvore de objetivos, meio e fins (CAMPOS, et al., 2002).

O projeto “Cata-Vento” em si foi definido em três linhas de atuação. A primeira se relaciona à formação esportiva de duzentos e sessenta (260) crianças e adolescentes, através da oferta de oficinas esportivas e atividades recreativas condizentes com a idade do público atendido. A segunda linha de atuação está voltada à formação humana e cognitiva em conjunto com o já presente projeto “Cidadão do Futuro” que tem por objetivo ofertar competências para vida e para o trabalho para adolescentes de 15 a 17 anos. A terceira é a promoção de ações (palestras, passeios, atividades, reuniões formativas) para educandos e famílias atendidas no projeto.

Com essas ações o projeto “Cata- vento” busca estabelecer uma resposta para as seguintes perguntas: é possível resguardar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social através de um Projeto Social? Como o fortalecimento dos vínculos familiares pode favorecer a formação de valores sociais de crianças e adolescentes atendidos pelo projeto? É possível aumentar a capacidade competitiva para o mercado formal, aprendizagem, de adolescentes através da formação de competências socioemocionais e competências para o trabalho?

A expectativa é que através desse projeto crianças e adolescentes tenham a possibilidade de construir-se positivamente e criticamente diante dos enfrentamentos da vida, sobretudo da vulnerabilidade social na qual são expostas: trabalho infantil- tráfico de drogas, criminalidade, violência. Assim então, traçar novas possibilidades a partir da educação de valores emocionais e sociais. Além disso, a capacitação profissional para adolescentes de 14 a 17 anos visa possibilitar maior grau de competitividade no mercado formal de trabalho.

5.BASE TEÓRICA

Ramalho e Mesquita (2013) investigaram os determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano considerando as diferenças estaduais de renda e de estruturas dos mercados de trabalho com base nos dados da PNAD, de 2001 a 2009. Entre esse período houve uma queda na taxa de crianças trabalhadoras de 13,2 p.p (pontos percentuais) na zona rural, no entanto na área urbana esse declínio foi de 1,9 p.p. Na zona urbana o trabalho infantil parece funcionar como uma estratégia de sobrevivência para famílias de baixa renda. A pobreza, mensurada através da renda familiar, é um fator comumente aceito para explicar as causas do trabalho infantil (RAMALHO, MESQUITA, 2013).

Cardoso e Portela Souza (2004, apud RAMALHO, MESQUITA, 2013) citados por Ramalho e Mesquita (2013) demonstraram que os programas de transferência de renda no Brasil, como o Programa Bolsa Família (PBF), não tiveram efeito significativo para redução do trabalho infantil, mas sim um impacto positivo sobre a frequência escolar. Para estes o trabalho infantil é de difícil erradicação, isso muito se dá por sua inter-relação com a pobreza, exclusão social e desigualdade de oportunidades. De difícil identificação, devido à amplitude dos postos de trabalho, há muitos casos que não são registrados, como é caso do trabalho infantil. O trabalho doméstico é um deles, outro agravante é o aspecto cultural de muitas famílias que reafirmam esse tipo de atividade como algo normal (RAMALHO, MESQUITA, 2013).

De acordo com Ramalho e Mesquita o Ministério do Trabalho e do Emprego divide a erradicação do trabalho infantil no Brasil em seis frentes: sensibilização e mobilização social; integração e sistematização de dados; promoção da articulação institucional; fiscalização e denúncia contra a exploração da mão de obra infantil; garantia de escola pública de qualidade e incremento da renda. Na última frente destaca-se, segundo os autores, a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Trata-se de um programa do Governo Federal que tem como objetivo retirar as crianças do mercado de trabalho, possibilitar o

acesso e o bom desempenho das mesmas na escola, promover o acesso ao lazer e proporcionar apoio aos pais, através da execução de projetos de geração de trabalho e renda para as famílias (RAMALHO, MESQUITA, 2013).

Baseados nos modelos econométricos para controlar fatores não observados que estariam correlacionados a determinado conjunto de variáveis, Ramalho e Mesquita pesquisaram os dados estaduais sobre trabalho infantil e suas variáveis determinantes durante o período de 2001 a 2009 fornecidos pelas PNADs, concentrando-se nos espaços urbanos, por acreditarem que nesse espaço o trabalho infantil é mais influenciado por fatores econômicos. Foram analisados os indicadores: taxa de crianças trabalhadoras — razão entre crianças de 10 a 14 anos de idade que se achavam trabalhando e o total de crianças na mesma faixa etária que residem no meio urbano estadual; renda média — média da renda domiciliar per capita na zona urbana estadual; idade de entrada — idade média que os adultos com 25 anos ou mais começaram a trabalhar; grau de informalidade — total de trabalhadores com 16 anos ou mais empregados em ocupações informais no meio urbano em relação ao total de ocupações; escolaridade — média de anos de estudos da população com 25 anos ou mais residente no meio urbano dos estados (variável instrumental); e pôr fim a cobertura do Programa Bolsa Família — razão entre o número de domicílios beneficiados pelo Programa Bolsa Família e o número de domicílios candidatos a receber o benefício em cada estado (público-alvo) (RAMALHO, MESQUITA, 2013).

Os autores concluíram que durante os últimos 14 anos (1995-2009) os dados das PNADs apontaram o declínio no percentual de crianças entre 10 e 14 anos em atividades econômicas remuneradas ou não. O período em análise foi marcado por melhorias nas condições de vida da população como um todo, além disso, as políticas de combate ao trabalho infantil também apresentaram mudanças significativas. Juntamente tem-se a criação de programas de distribuição de renda, como o Bolsa Escola criado em 2003 e o PETI, que se expandiu a todo Brasil em 2003, fornecendo renda às famílias e oportunidades de qualificação para os pais, e também a escola integral para as crianças que foram identificadas em trabalho infantil (RAMALHO, MESQUITA, 2013).

Sobre outros dados do trabalho de Ramalho e Mesquita, é possível observar pela Tabela 1 que os estados com maiores taxas de crianças trabalhadoras no Brasil estão nas regiões Norte e Nordeste, fato consoante com suas posições relativas de atraso econômico frente às demais regiões brasileiras. Nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, no qual, em

geral os empregos informais representam cerca de 40% das ocupações, segundo Ramalho e Mesquita a taxa de trabalho infantil é relativamente maior que as demais unidades federativas.

Tabela 1. Brasil - Taxas de Trabalho Infantil e de Frequência escolar por estados (%).

| Estado | 2004 | | Estado | 2009 | |
|---------------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------|--------------------|
| | Trabalho Infantil | Frequência Escolar | | Trabalho Infantil | Frequência Escolar |
| Piauí | 22,8 | 97,0 | Rondônia | 14,8 | 97,1 |
| Maranhão | 19,2 | 95,6 | Piauí | 14,7 | 98,1 |
| Rondônia | 18,7 | 93,7 | Tocantins | 14,6 | 98,4 |
| Acre | 17,4 | 93,0 | Ceará | 12,5 | 98,0 |
| Paraíba | 17,2 | 96,3 | Bahia | 12,3 | 97,8 |
| Pará | 16,4 | 94,8 | Acre | 11,3 | 97,7 |
| Bahia | 15,4 | 95,2 | Maranhão | 10,1 | 98,6 |
| Ceará | 14,3 | 96,9 | Rio Grande do Norte | 9,7 | 95,8 |
| Pernambuco | 13,6 | 94,9 | Pernambuco | 9,4 | 96,0 |
| Rio Grande do Sul | 13,4 | 97,7 | Alagoas | 9,0 | 95,3 |
| Tocantins | 13,3 | 96,9 | Goiás | 8,9 | 98,4 |
| Mato Grosso | 13,3 | 95,9 | Mato Grosso | 8,9 | 97,5 |
| Santa Catarina | 13,0 | 98,3 | Santa Catarina | 8,8 | 97,7 |
| Alagoas | 12,2 | 95,1 | Pará | 8,4 | 96,5 |
| Paraná | 11,4 | 96,7 | Minas Gerais | 8,1 | 97,7 |
| Espírito Santo | 10,0 | 97,2 | Rio Grande do Sul | 6,7 | 98,5 |
| Amazonas | 9,1 | 94,3 | Sergipe | 6,5 | 97,3 |
| Rio Grande do Norte | 9,1 | 96,6 | Paraná | 6,4 | 96,8 |
| Roraima | 9,0 | 97,9 | Amazonas | 6,1 | 96,3 |
| Goiás | 8,5 | 96,9 | Paraíba | 5,7 | 97,9 |
| Mato Grosso do Sul | 8,3 | 97,3 | Espírito Santo | 5,4 | 97,5 |
| Minas Gerais | 7,7 | 97,2 | Mato Grosso do Sul | 5,2 | 97,7 |
| Sergipe | 6,9 | 96,4 | Amapá | 3,6 | 97,2 |
| São Paulo | 3,1 | 98,1 | São Paulo | 2,6 | 98,1 |
| Amapá | 3,0 | 97,3 | Roraima | 2,2 | 98,7 |
| Rio de Janeiro | 1,8 | 98,0 | Rio de Janeiro | 1,6 | 98,7 |
| Distrito Federal | 0,8 | 98,1 | Distrito Federal | 1,5 | 98,5 |

Fonte: Ramalho e Mesquita, 2013.

Com base na análise da Tabela 1 Ramalho e Mesquita concluíram que em regiões onde o nível e a distribuição de renda são maiores a incidência do trabalho infantil é menor. Minas Gerais, em 2004, tinha uma taxa de 7,7% de trabalho infantil. Piauí por sua vez, no topo da lista, tinha 22,8%. Para o mesmo ano a taxa de frequência escolar era de 97,2% para Minas Gerais e 97% para o Piauí. Em 2009 para estes estados a taxa de trabalho infantil caiu e a taxa de frequência escolar se elevou. Estados com alta proporção de crianças trabalhadoras em anos precedentes tendem a manter a incidência desse fenômeno.

Os resultados analisados pelos autores sugerem que a intensidade do trabalho infantil é menor nas unidades federativas com maior nível de renda e maior média de idade de ingresso das pessoas adultas no mercado de trabalho. Os dados também apontaram o baixo grau de significância estatística e o reduzido impacto estimado para a cobertura do Programa Bolsa

Família. A correlação taxa de cobertura do referido programa e a taxa de trabalho infantil dos estados não permitem inferir com maior precisão a efetiva relação de causalidade desse programa de transferência condicionada de renda com a intensidade do trabalho infantil nas unidades federativas.

Outro dado importante da pesquisa em questão refere-se ao o que Ramalho e Mesquita chamaram de hipótese da “armadilha de pobreza” no Brasil. Ou seja, adultos que investem pouco em educação tendem a direcionar precocemente seus filhos à atividade laboral precoce. De forma geral a pesquisa aponta que as políticas de combate ao trabalho infantil não devem se restringir apenas às transferências condicionadas de renda, elas devem também propiciar investimentos na qualidade e no acesso à educação e estímulos à geração de oportunidades e formalização das atividades econômicas, nessa perspectiva é que propomos a elaboração do projeto “Cata-Vento”.

6.RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Projeto “Cata-Vento”: por uma infância sem trabalho infantil.

O projeto “Cata-Vento” surgiu diante de uma necessidade do território em atender crianças e adolescentes expostos à vulnerabilidade social e ausência de direitos básicos como cultura, lazer e educação. Com base na pesquisa de impacto 2011/2015 do “Programa Comunidade Viva”, realizada através de entrevistas com moradores da Vila São Paulo e do Residencial Parque Arrudas em julho/2015, foi revelado que os principais problemas percebidos pelos entrevistados são a falta de policiamento (43,8%) e criminalidade/violência/drogas (21,1%). Esses dados foram repassados de forma verbal pelos responsáveis pelo projeto aos moradores, demonstrando a necessidade de se viabilizar um projeto de proteção social básica que vise prevenir riscos ao ofertar espaço de convivência, sendo então fundamental dentro deste cenário de insegurança.

Dos entrevistados, 43,7% não reconhecem espaços de sociabilidade na comunidade e 89,3% estão insatisfeitos com a oferta de serviços públicos de espaços de lazer. A pesquisa também aponta que a expectativa de investimentos na comunidade pelos entrevistados é em ações de combate a violência (29,8%), saúde (33%) e educação (criança e adolescente) 12,3%. Foram entrevistados adultos, jovens e adolescentes, porém a pesquisa não aponta quantas pessoas foram entrevistadas no total. Esses dados foram utilizados na elaboração da árvore de problemas, para auxiliar na construção do Projeto “Cata-Vento”.

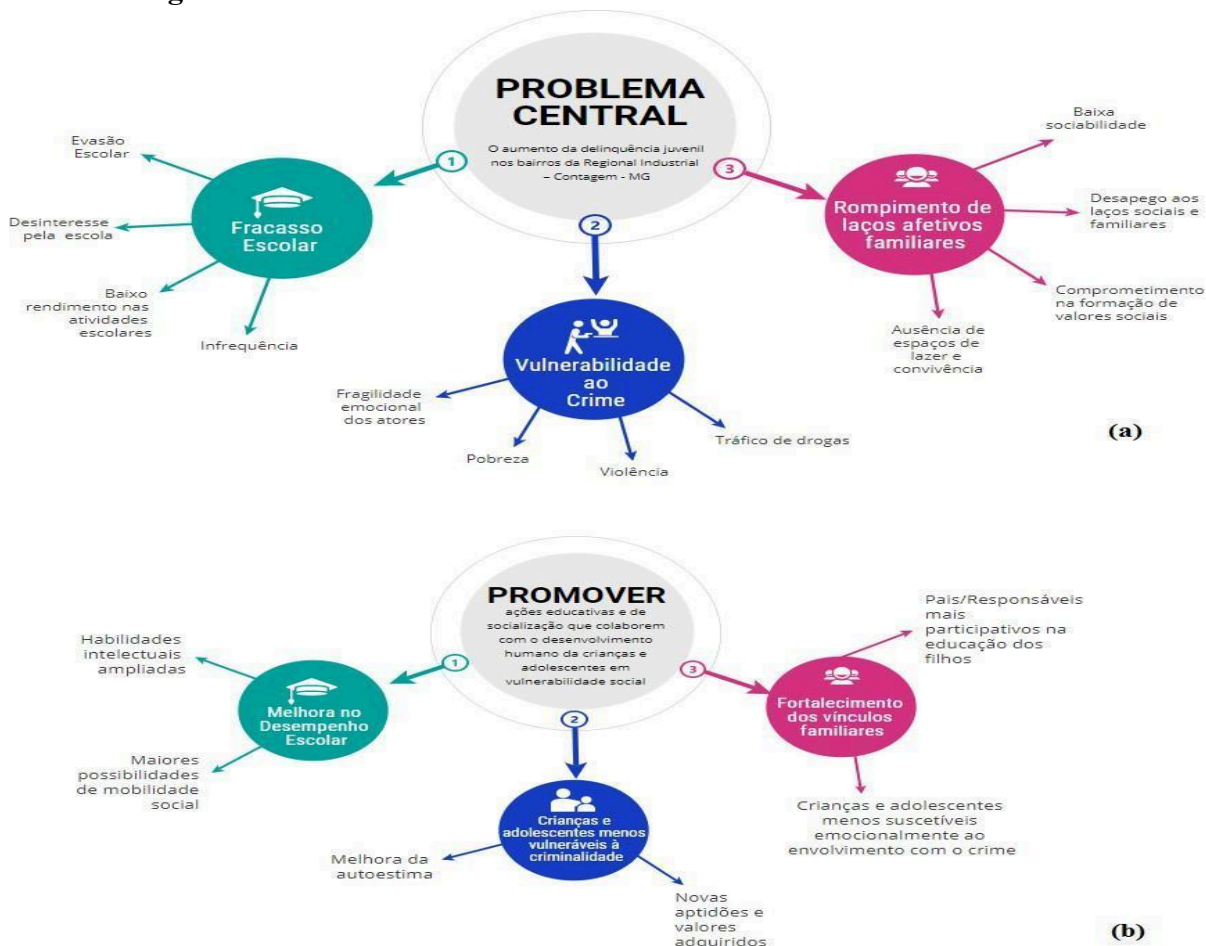
Outro indicador utilizado na construção do problema foi uma reunião com 40 pessoas da comunidade em questão, Regional Industrial. Estavam presentes crianças, adolescentes e adultos. A reunião foi realizada na sede da associação específica no qual deverá ser executado o projeto. Nesta reunião foi realizada uma pesquisa direcionada, na qual foram levantadas três perguntas que deveriam ser respondidas verbalmente. Havia um facilitador realizando as perguntas e um educador que tomava nota das falas. Foram levadas em consideração as palavras que mais apareceram em relação a cada pergunta. As perguntas realizadas foram: Quais os maiores problemas enfrentado neste território? Qual o público mais afetado? Quais as ações preventivas podem ser realizadas? Este processo compreende técnicas de “visualização e de moderação” que são utilizadas em processos participativos de diagnóstico e planejamento.

Para a primeira pergunta, “problemas do território”, as palavras que mais apareceram foram: criminalidade, violência, tráfico de drogas, enchentes, ausência de espaços de lazer, infraestrutura urbana precária. Já para segunda pergunta, “público mais afetado”, foi enfatizado crianças e adolescentes. Por fim, para terceira pergunta, “ações preventivas”, os participantes sugeriram: espaços de lazer, biblioteca, capacitação para o primeiro emprego para os adolescentes.

Com base nestes dados elaboramos a árvore de problemas apresentada na Figura 1 (a). Seu objetivo é auxiliar na análise dos problemas e as possíveis soluções. CAMPOS, et al. (2002) considera que a análise de problemas deve iniciar pela análise dos envolvidos, quem são os atores sociais ligados, quais são seus interesses, potencialidades e fragilidades. Na Figura 1 (b) apresentamos a árvore de objetivos, meios e fins. É a partir dela que traçamos as metas e o que será realizado para alcançá-las. Para CAMPOS, et al. (2002) é essencial que a análise do envolvimento, de problemas, de soluções e de alternativas sejam procedimentos adotados antes da construção da Matriz Lógica (CAMPOS, et al., 2002).

Figura 1 (a) – Árvore de problemas dos bairros da Regional Industrial de Contagem, MG e **(b)** árvore de objetivos, meios e fins para direcionamento do projeto “Cata-Vento”.

6.2 Matriz Lógica



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

6.2.1 Público Alvo

O projeto visa atender 260 crianças e adolescentes, com idade entre 07 e 17 anos, que estejam matriculados e frequentes à escola, através de oficinas esportivas, apoio escolar e formação humana. A inscrição será aberta para a comunidade local, sendo divulgada nas

escolas, CRAS e Conselho Tutelar. Não haverá processo de seleção. A efetivação da matrícula será realizada por ordem de inscrição e mediante entrevista sociofamiliar com o responsável. O projeto será aberto para ambos os sexos e também poderá receber crianças e adolescentes com necessidades especiais. Todas as crianças e adolescentes matriculados deverão estar matriculados também na escola.

Estas ações vem ao encontro da garantia dos direitos da criança como prevê o artigo 3^o do ECA ao promover ações que favoreçam o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. ART.3^o. “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990).

Serão ofertadas 260 vagas para as oficinas esportivas, cursos formativos, assim divididos:

- 80 vagas para oficina de esporte – 04 turmas, assim organizadas:

Turma 01 – 12 a 14 anos – 20 vagas;

Turma 02 – 15 a 17 anos – 20 Vagas;

Turma 03 – 07 a 12 anos – 20 vagas;

Turma 04 – 07 a 10 anos – 20 Vagas (Artes marciais).

- 40 vagas para oficina “Cidadão do Futuro”.

- 140 vagas para cursos de informática/tecnologia, assim organizadas:

Turma 01 – 15 a 17 anos – 40 adolescentes do projeto “Cidadão do Futuro”;

Turma 02 – 15 a 17 anos – 100 jovens do território que queiram se capacitar.

6.2.2 Metodologia de Execução

Com uma maior liberdade educacional, o ensino não formal entra em um contexto de complementação do ensino tradicional formal, facilitando o atendimento às necessidades individuais, oriundas da diversidade natural de temperamentos, vivências e ritmo de desenvolvimento, respeitando as diferenças e capacidades de cada ser humano. Além disso, favorece a desfragmentação de conteúdo, a multidisciplinaridade, o exercício da cidadania e

³ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

incentiva o interesse do indivíduo para com o meio e relações sociais em que estão inseridos, estimulando posturas éticas e conscientes.

Para Gohn (2006) na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Nessa perspectiva a associação desenvolverá o Projeto “Cata- Vento” de forma interdisciplinar interligando esporte, educação e formação humana, sendo que todas as ações serão planejadas e com intencionalidade já apresentada nesta Matriz Lógica de meio e fins (GOHN, 2006).

Assim sendo, as práticas esportivas serão direcionadas para 80 crianças de 07 a 17 anos, divididas em 04 turmas. Aulas práticas e teóricas de esportes olímpicos e paraolímpicos duas vezes por semana para Turma 03. As Turma 01 e Turma 02, pelo grau de vulnerabilidade e propensão ao envolvimento com o tráfico de drogas serem maior nessa idade, farão atividades três vezes por semana. Ainda dentro desta oficina será ofertada uma turma de artes marciais uma vez por semana (Turma 04).

Serão ofertadas atividades esportivas coletivas como o futsal, futebol, voleibol, handebol, beisebol, basquetebol, rúgbi, atletismo, peteca, tapembol, pingue-pongue dentre outras atividades esportivas e recreativas. Ainda no contexto do esporte será ofertada uma turma com duas horas aula/semanal de Taekwondo. O objetivo principal do Taekwondo é formar seres humanos mais disciplinados, desenvolver a inteligência, garantir boa saúde física. As atividades esportivas serão desenvolvidas abordando regras de jogos, história, técnicas e fundamentos dos esportes, afinação das capacidades físicas através de jogos e brincadeiras, importância e benefícios de hábitos saudáveis, bem como valores como respeito às diferenças e cooperação. Mensalmente serão organizados planejamentos e cronogramas para as atividades a serem desenvolvidas levando em consideração a idade dos educandos. Serão realizadas atividades que estimulem a socialização e a cooperação entre os educandos atendidos, dentre elas: torneios e outras atividades coletivas. Também serão estimulados hábitos saudáveis de alimentação e higiene através de palestras formativas.

Será ofertada formação educacional e humana que possibilite ao educando perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente. Ela será organizada em dois grupos: “Apoio Escolar” e “Formação de Competências para a Vida e para o Trabalho”. No apoio escolar serão ofertadas aulas que possam trabalhar as dez competências citadas pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), dentre elas estão o pensamento

crítico, científico, criativo e a tecnologia digital. O apoio escolar será ofertado duas vezes por semana, em grupos de quinze alunos, organizados por agrupamento de idades em aulas de 1h10min. Será ofertado prioritariamente aos 80 educandos matriculados no esporte e para os 40 matriculados no projeto “Cidadão do Futuro”.

A formação de competências para a vida e para o trabalho será desenvolvida em conjunto com o projeto “Cidadão do Futuro”. Esta ofertará aulas práticas e teóricas de formação humana e formação para o trabalho para adolescentes de 15 a 17 anos atendidos nas atividades de contra turno, ofertadas na associação pelo projeto “Cidadão do Futuro”, tendo como escolaridade mínima o 9º ano escolar. Havendo vagas disponíveis elas serão abertas a outros adolescentes que não estejam devidamente matriculados na associação.

Havendo interesse dos adolescentes e da família eles serão encaminhados a instituições parceiras para processos seletivos de aprendizagem, devendo estar o educando com a documentação necessária em dia: Carteira de Trabalho e CPF (Cadastro de Pessoas Físicas). A carga horária será de 140hs com aulas às sextas-feiras. A grade curricular compreenderá em “Competências para Vida” as habilidades socioemocionais, dentre elas: empatia, autoconhecimento, adequação emocional, frustrações, criatividade, inteligência emocional. O objetivo dessas competências é a de colocar em prática as melhores atitudes e habilidades para controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões de maneira responsável, entre outros.

Em “Competências para o Trabalho” os adolescentes terão aulas formativas de: comunicação, trabalho em equipe, primeiro emprego, direitos trabalhistas, informática básica, ética no ambiente de trabalho, pensamento crítico, resolução de problemas, consequências do trabalho infantil dentre outros conteúdos. Ainda no contexto destas duas competências serão ofertadas aulas de empreendedorismo verde. O empreendedorismo possibilitará a estes agregar valor a produtos, saber identificar oportunidades e transformá-las. O empreendedorismo desenvolve capacidades, habilidades e atitudes pessoais, que não estando apenas ligados à criação do próprio negócio, ajudam no relacionamento pessoal, na atitude intraempreendedora, e na capacidade de saber superar desafios e alcançar objetivos.

Todas as atividades desenvolvidas estarão envoltas pela pedagogia de projetos, metodologia adotada pela associação. Nesta metodologia a atitude do sujeito aprendiz é determinante na construção de seu saber operatório e esse sujeito, que nunca está sozinho ou isolado, age em constante interação com o meio ao seu redor. Nessa perspectiva é adotado um

eixo temático a ser trabalhado pelo período de dois anos. O tema atual é “Consciência Ambiental”.

O objetivo é desenvolver a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, de forma a possibilitar que os educandos atendidos e suas famílias atuem criticamente frente a questões do mundo contemporâneo. A fim de possibilitar, dentro da pedagogia de projetos, uma abordagem mais efetiva e com resultados práticos, a associação sugere, dentro da proposta financeira, a contratação de uma empresa de educação ambiental que seja capaz de atender crianças, adolescentes e suas famílias em ações relacionadas ao tema.

Para os 80 matriculados nas atividades esportivas serão ofertadas ações de conscientização para o uso e aproveitamento de resíduos. Para as famílias serão ofertadas palestras educacionais com base na temática ambiental, a escolha do tema será de comum acordo com o público beneficiado, além de ações que possibilitem a integração entre pais e filhos, como, por exemplo, roda de conversa. Para os adolescentes do projeto “Cidadão do Futuro” serão ofertadas atividades que atrelem educação ambiental e empreendedorismo.

As ações propostas no Projeto “Cata-Vento” vêm colaborar no enfrentamento do trabalho infantil no território na medida em que busca valorizar e estimular o potencial de crianças, adolescentes e suas famílias, percebendo-os como atores fundamentais no combate a ampliação do trabalho infantil no território. Para isto, propõe uma metodologia simples, baseada no estímulo à subjetividade, à autonomia e à efetivação do protagonismo social.

6.2.3 Metas

É preciso traçar metas e aferi-las durante e ao final do projeto. Uma avaliação é bem-sucedida pela identificação das metas que correspondem ao processo de quantificação dos objetivos, sendo que eles representam a “situação que se deseja obter ao fim do período de duração do projeto” (COHEN, FRANCO, 1998, p.88). A Tabela 2 apresentada a seguir leva em consideração os objetivos específicos a serem alcançados para que se possa atingir o objetivo macro. Para cada objetivo específico foram traçadas metas. Determiná-las também foi importante para levantar os custos financeiros do projeto.

Tabela 2. Metas do Projeto “Cata-Vento” e sua articulação com os objetivos específicos.

| Objetivos Específicos | Metas |
|--|--|
| 1-Assegurar e desenvolver a socialização de 260 crianças e adolescentes de forma a prevenir o trabalho infantil. | <ul style="list-style-type: none"> • Atender 260 crianças e adolescente de 07 a 17 anos no período de 12 meses. • Ofertar, pelo período de 12 meses, oficinas esportivas, apoio escolar e formação humana. • Realizar uma intervenção de impacto ambiental na comunidade. • Realizar quatro encontros formativos com as famílias atendidas. • Realizar um evento de impacto para promoção das famílias atendidas. |
| 2-Promover práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral. | <ul style="list-style-type: none"> • Fazer duas avaliações início/fim para observar a evolução comportamental dos alunos. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Executar quatro palestras sobre hábitos saudáveis de saúde. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Executar duas atividades integradas com instituições de esporte do território. |
| 3-Ofertar formação de competências para vida e para o trabalho a adolescentes de 15 a 17 anos. | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o encaminhamento de, no mínimo, 50% dos adolescentes atendidos no projeto “Cidadão do Futuro” para processos seletivos em programas de aprendizagem. • Capacitar os adolescentes atendidos com aulas de informática e formação específica (Projeto Cidadão do Futuro). |

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

6.3 Plano de ação

O plano de ação do Projeto “Cata-Vento” traz as ações e resultados esperados para cada objetivo levantado, ele representa o desdobramento da Matriz Lógica construída anteriormente, e caminhos possíveis para alcance dos fins planejados. Na Tabela 3 apresentamos a ações que deverão ser realizadas para se alcançar os objetivos propostos e quais os resultados esperados após o cumprimento das ações.

Tabela 3. Articulação entre os objetivos específicos, ações e resultados esperados.

| Objetivos Específicos | Ações | Resultados Esperados |
|--|--|--|
| 1-Assegurar e desenvolver a socialização de 260 crianças e adolescentes de forma a prevenir o trabalho infantil. | <p>Ampla divulgação das oficinas na comunidade.</p> <p>Entrevista sociofamiliar.</p> <p>Ofertar por 12 meses oficinas esportivas e educacionais.</p> | <p>70% de frequência/ mês</p> <p>Redução da evasão escolar.</p> <p>100% das vagas preenchidas.</p> <p>Inclusão de até 10% de educandos deficientes físicos e ou intelectuais.</p> <p>Que sejam desenvolvidas as múltiplas inteligências: lingüísticas, lógico-matemática, espacial, musical, cinestésico-corporal, naturalista, interpessoal e</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | intrapessoal, que refletirá por toda a vida. |
| 2-Promover práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral. | Ofertar por 12 meses atividades esportivas com diferentes modalidades sendo 03 turmas com carga horária 2 x semana x 1:30min /por aula, e 01 turma x 1semanax2hs de artes marciais. Realizar 04 palestras educativas sobre os temas: a importância da prática esportiva, alimentação saudável, higiene bucal e os riscos do trabalho infantil. Promover 02 torneios com instituições esportivas do território. | 70% de frequência no projeto. Apropriação de conhecimentos sobre assuntos importantes para saúde e para convivência social. Fortalecimento dos vínculos comunitários. |
| 3-Ofertar formação de competências para vida e para o trabalho a adolescentes de 15 a 17 anos. | Ofertar 140hs semanais de aulas de competências para vida e para o trabalho. 01 palestra formativa com educandos e pais sobre trabalho infantil x trabalho formal (aprendizagem) Encaminhamento dos adolescentes atendidos para participarem de processo seletivo de aprendiz em instituições parceiras. | Adolescentes mais competitivos no mercado de trabalho e emocionalmente mais seguros através de formação de competências para a vida e para o trabalho. 50% dos jovens encaminhados para processos seletivos de aprendizagem. |

Fonte: Elaborada pela autora,2020

A Tabela 4, por sua vez apresenta a equipe técnica necessária à execução do projeto, e na Tabela 5 foram elencados os custos necessários, baseados em três pesquisas de mercado para cada item.

Tabela 4. Equipe Técnica necessária à execução do projeto “Cata-Vento”.

| Profissão | Função | Regime | Carga horária |
|--|--------------------------------|------------------------------------|---------------|
| Estudante de Educação Física. | Estagiário em Educação Física. | Estágio | 30hs/Semanais |
| Professor com habilitação em artes marciais. | Professor de Artes Marciais | Microempreendedor Individual – MEI | 10hs/Mês |
| Estagiários – habilitação em | Estagiários de Linguística. | Estágio | 30hs/semanais |

| | | | |
|--|---------------------------|---------|---------------|
| Licenciaturas. | | | |
| Estagiário – habilitação domínios matemáticos. | Estagiário de Matemática. | Estágio | 30hs/Mês |
| Estagiário cursando áreas afins à informática ou com curso técnico em informática. | Professor de Informática. | Estágio | 30hs/semanais |

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Observa-se na Tabela 4 que as atividades de reforço escolar serão de responsabilidade de estagiários em cursos de licenciatura nas respectivas áreas. Isto auxilia tanto na questão de custo, quanto na possibilidade de proporcionar aos estudantes destas licenciaturas um campo de estágio.

Na Tabela 5 são apresentados os principais custos para execução do projeto pelo período de 12 meses, muitas rubricas como lanche para os alunos, infraestrutura não foram apresentados porque a associação assumirá estes itens como contrapartida. A planilha financeira é apresentada em categorias relacionadas aos recursos humanos, no que se refere ao pagamento dos estagiários e professor de artes marciais, salário e demais encargos trabalhistas; despesas de consumo, com referência aos insumos previstos à execução das atividades, por exemplo, material de papelaria e prestação de serviços por terceiros, tais como serviços de manutenção; além da previsão de gastos com materiais que terão um caráter de recursos permanentes, como a compra de computadores, material para prática de esportes, e para atividades de cunho pedagógico. Esses valores foram estimados com base em leis trabalhistas e cotações diversas.

Tabela 5. Planilha Financeira para execução do Projeto “Cata-Vento”.

| Categoria | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|----------------|-------------------|-----------------------|----------------------|
| 1. RH | | | | |
| Professor de Artes Marciais | Mês | 12 | R\$ 600,00 | R\$ 7.200,00 |
| Estagiário de Licenciatura 30hs | Mês | 12 | R\$ 900,00 | R\$ 10.800,00 |
| Estagiário de Licenciatura 30hs | Mês | 12 | R\$ 900,00 | R\$ 10.800,00 |
| Estagiário de Educação Física 30hs | Mês | 12 | R\$ 900,00 | R\$ 10.800,00 |
| Estagiário de Tecnologia da Informação (TI)- 30hs | Mês | 12 | R\$ 900,00 | R\$ 10.800,00 |
| Encargos Trabalhistas: Férias dos 04 Estagiários | Mês | 4 | R\$ 900,00 | R\$ 3.600,00 |
| Valor Total RH | | | | R\$ 54.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| socialização de 260 crianças e adolescentes de forma a prevenir o trabalho infantil. | Entrevista sociofamiliar. | x | x | | | | x | | | | | | |
| | Ofertar por 12 meses oficinas esportivas e educacionais. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| 2-Promover práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral. | Ofertar por 12 meses atividades esportivas com diferentes modalidades sendo 03 turmas com carga horária 2 x semana x 1:30min/por aula, e 01 turma 1 x semana x 2hs de artes marciais. | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| | Realizar 04 palestras educativas sobre os temas: A importância da prática esportiva, alimentação saudável, higiene bucal e os riscos do trabalho infantil. | | | | x | | x | | | x | | x | |
| | Promover 2 torneios com instituições esportivas do território. | | | | | | x | | | | x | | |
| 3-Ofertar formação de competências para vida e para o trabalho a adolescentes de 15 a 17 anos. | Ofertar 140hs semanais de aulas de competências para vida e para o trabalho. | | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x |
| | 01 palestra formativa com educandos e pais sobre trabalho infantil x trabalho formal (aprendizagem) | | | | x | | | | | | | | |
| | Encaminhamento dos adolescentes atendidos para participarem de processo seletivo de aprendiz em instituições parceiras. | | | | | | | | | x | | x | |

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

6.4 Acompanhamento e Avaliação

Como se trata de um projeto aprovado no Fundo da Infância e Adolescência – FIA, Contagem. Após aprovação foi necessária à elaboração de um plano de trabalho com o resumo do projeto apresentado. Firmado o termo de parceria entre poder público e a associação específica que executará o Projeto “Cata Vento”, através de um termo de fomento, o valor previsto é repassado em duas parcelas para conta do executante. Toda prestação de contas deverá ser feita mensalmente no site de transparência do município, inclusive demonstrando a execução das metas propostas. Também serão aplicados questionários aos beneficiados para compreender quais foram os impactos do projeto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita do Projeto “Cata-Vento” partiu da experiência da autora enquanto pedagoga social e da necessidade de promover ações educativas e de socialização que colaborem com o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social na regional Industrial – Contagem. Antes de iniciar o planejamento da escrita do projeto foi fundamental e primordial a escuta dos atores sociais no processo. Saber seus anseios e necessidades possibilitou o levantamento da situação problema alvo da intervenção proposta. Só assim o projeto ganhou consistência, com seus atores envolvidos no processo.

O resultado final foi aprovação do Projeto no FIA- Contagem, Edital 2018, que repassará a associação específica que executará o projeto o valor aproximado de 119 mil reais pelo período de 12 meses. Analisando o projeto foi possível identificar alguns erros. O primeiro foi colocar 12 meses de execução iniciando inclusive as oficinas já no primeiro mês, o ideal era ter colocado execução considerando o mês 01 para compras e contratações, mês 02 a mês 11 para execução das oficinas e mês 12 para prestação de contas. Outro erro foi não considerarmos a localidade do público atendido. A associação localiza-se em uma região de divisa com o município de Belo Horizonte, seu público provém também deste município. Por causa da Lei Orgânica do Município de Contagem (1990), que prevê que 70% do público a ser atendido nesse projeto deverão ser oriundos deste município, tem-se o desafio da distribuição das vagas.

Por fim, a escrita desse projeto proporcionou o deslumbre de novas possibilidades profissionais, contudo também o pensar em políticas públicas e em como sua construção é complexa, requerendo planejamento, consciência dos problemas e a busca por possíveis soluções para amenizá-los. Outro fato de suma relevância foi a percepção de que um projeto não pode ser construído com base no desejo de quem o escreve ou planeja, mas a somatória de várias vozes, principalmente dos atores envolvidos, sem isso não há construção de um projeto democrático e de fato inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 12 jun. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 19 de Nov, 2019.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.
- CAMPOS, Arminda E. M.; ABEGÃO, Luís Henrique, DELAMARO, Maurício César. O planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias. — Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.
- CARDOSO, Eliana; PORTELA, Souza, A. The impact of cash transfers on child labor and school attendance in Brazil, Working Papers. Nashville: Vanderbilt University (2004) in RAMALHO, Hilton Martins de Brito; MESQUITA, Shirley Pereira de. Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, Jun. 2013, pp. 193-225. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502013000200002>
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Jan. 2020.

Lei Orgânica do município de Contagem. 1990. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/?legislacao=471413>. Acesso em 18 Jan.2020

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago; MARQUES, Rafael Dias. Manual de Atuação do Ministério Público na Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil/ Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2013.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; MESQUITA, Shirley Pereira de. Determinantes do trabalho infantil no brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, Jun. 2013, pp. 193-225. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502013000200002 >

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut. Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis. Manchester: Manchester University Press, 1997.

VERONESE, Josiane Petry. Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões. Ed. Fundação Boiteux. Florianópolis. 2001, p. 34